

Regionalização do ambiente pelágico brasileiro - Um subsídio para o planejamento de áreas marinhas protegidas

Nome: Andréa de Lima Oliveira

Nº: 142921

Durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020, nesse plano foram estabelecidas as chamadas Metas Aichi, que busca estabelecer medidas concretas para a proteção da biodiversidade. A meta 11 estabelece que:

“Até 2020, pelo menos 17 por cento de áreas terrestres e de águas continentais e 10 por cento de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e eqüitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.”

Um dos desafios para a criação e planejamento das áreas marinhas protegidas é o estabelecimento dos limites das “paisagens marinhas”, também chamadas *seascapes*, que se deve à relativa escassez de dados biológicos e físicos para áreas distantes da costa, à dinâmica natural dos ambientes pelágicos, e às dificuldades legais e logísticas de se criar e manter áreas de proteção longe da costa.

Nesse sentido, a regionalização do ambiente marinho pelágico se torna uma importante ferramenta para o planejamento, gestão e criação de áreas marinhas protegidas. Embora esse tipo de regionalização não seja novidade, uma abordagem dinâmica espaço-temporal desses ambientes ainda tem sido pouco aplicada na gestão.

O objetivo deste trabalho é selecionar parâmetros disponíveis em bancos de dados de acesso livre, reduzindo redundâncias dos dados por meio da avaliação da autocorrelação. E a partir desses parâmetros aplicar a metodologia *Self Organized Maps* (SOM) para identificar as principais paisagens marinhas pelágicas (*pelagic seascapes*) da Zona Econômica Exclusiva brasileira.

Posteriormente, essas regiões serão avaliadas quanto a porcentagem de área protegida, e quanto a ocorrência de atividade pesqueira por meio do banco de dados do *Global Fishing Watch*. Com os resultados espera-se indicar as áreas marinhas com potencial para ampliar a proteção e as mais



afetadas por atividades pesqueiras. Servindo como subsídio para o planejamento das áreas marinhas protegidas no Brasil.

Referências:

Kavanaugh, M. T., Hales, B., Saraceno, M., Spitz, Y. H., White, A. E., & Letelier, R. M. (2014). Hierarchical and dynamic seascapes : A quantitative framework for scaling pelagic biogeochemistry and ecology. *Progress in Oceanography*, 120, 291–304.

Roberson, L. A., Lagabrielle, E., Lombard, A. T., Sink, K., Livingstone, T., Grantham, H., & Harris, J. M. (2017). Pelagic bioregionalisation using open-access data for better planning of marine protected area networks. *Ocean and Coastal Management*, 148, 214–230. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.08.017>

<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28727-o-que-sao-as-metas-de-aichi/>